

DF - ECONOMIA

CORREIO BRASILEIRO

19 OUT 1996

Por um novo modelo

Mário Tinoco

Com a estabilização dos preços, esgotou-se o modelo de financiamento que sustentou o setor público brasileiro durante os últimos quinze anos.

O encolhimento do gasto público, como resultado das dificuldades de financiamento, tem um impacto especial no Distrito Federal, que, por outro lado, vem experimentando crescimento populacional acima da média nacional. Dados a falta de dinamismo da economia do DF para absorver o excedente de mão-de-obra, a escassez de recursos para ampliar o equipamento social básico em níveis compatíveis com o crescimento da população e o descaso com que o governo anterior enfrentou esse problema, gerou-se um crescimento urbano desordenado e perverso, do ponto de vista social.

Como a retração do papel do Estado na dinâmica econômica de Brasília parece irreversível, é preciso construir um novo modelo, capaz de absorver esse enorme contingente populacional hoje excluído dos padrões mínimos de vida.

De modo a gerar pólos dinâmicos e compatibilizar o crescimento econômico com a questão urbana, o GDF vem desenvolvendo cinco projetos prioritários: a zona especial de industrialização de alta tecnologia; o projeto Orla, que visa aproveitar o potencial turístico do Lago, trazendo grandes investimentos para Brasília; o Centro Internacional de Negócios e Eventos, que visa atrair grandes feiras internacionais; o desenvolvimento urbano ao longo do metrô; e o complexo industrial do porto seco.

Em paralelo, o governo do DF está lançando um pacote de medidas visando atrair novas empresas para Brasília ou estimular a expansão das aqui instaladas. Ele procura equacionar os quatro aspectos básicos que devem nortear qualquer programa bem sucedido de estímulo à industrialização: acesso facilitado à terra, financiamento em condições favoráveis, incenti-

vos fiscais e reduções tarifárias.

O programa prevê a concessão de terrenos, em áreas especiais de desenvolvimento econômico, pelo prazo de até 30 anos, renovável por igual período, para projetos aprovados pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal — CDE/DF. O BRB poderá financiar até 70% do ICMS devido, durante até 12 anos, com carência de até 12 anos e juros de 0,2% ao mês. O DF passará a ter um incentivo financeiro competitivo com os demais Estados.

Em relação aos incentivos fiscais, o projeto prevê a isenção do IPTU por até 10 anos e a isenção do ITBI na concessão do terreno e, se for o caso, no exercício da opção de compra.

Nos casos em que o empreendedor bancar a infra-estrutura dos serviços básicos, que são de responsabilidade das empresas governamentais de energia e de água e esgoto, deverá ser concedido desconto ou mesmo isenção de tarifas.

É evidente que os incentivos fiscal e tarifário criam resistências corporativistas em alguns setores do governo. Mas elas devem ser ignoradas. Sem os incentivos, dificilmente, essas empresas se localizariam no DF. Não haverá, portanto, perda de receita tributária ou tarifária para o DF.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a concessão de incentivos deve ser criteriosa, baseando-se em diretrizes que sejam econômica e socialmente justificáveis. Cada projeto será analisado com base em parâmetros como geração de empregos, incorporação de avanço tecnológico e preservação do meio ambiente. Em resumo, esse conjunto de medidas e de incentivos deverá ajudar na construção de um novo padrão de desenvolvimento econômico e social do DF, viabilizando seu salto para o futuro.

■ Mário Tinoco da Silva é secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal